

**REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL: REVOLUÇÃO
MEXICANA, ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, REVOLUÇÃO PASSIVA¹**
*REFLECTIONS ON UNEVEN DEVELOPMENT: MEXICAN REVOLUTION, PRIMITIVE
ACCUMULATION, PASSIVE REVOLUTION*

Adam David Morton²

RESUMO: Um enfoque sobre as transformações nas relações sociais de propriedade e a associação com debates histórico-sociológicos sobre a formação do Estado moderno podem contribuir para o entendimento das origens sociais da transição para o capitalismo no México. A base para a produção capitalista foi criada ali por acumulação primitiva sob condições de desenvolvimento desigual e combinado. Esta situação pode ser entendida como uma “revolução passiva” baseada na intervenção do Estado e na mobilização de baixo da massa que moldou a acumulação do capital e a modernização política. Isso resultou em uma forma de capitalismo compatível com uma influência autoritária e hegemônica.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Mexicana. Desenvolvimento desigual e combinado. Revolução passiva. Acumulação primitiva. Luta de classes.

ABSTRACT: A focus on transformations in social property relations and engagement with historical sociological debates on modern state formation can contribute to an understanding of the social origins of the transition to capitalism in Mexico. The basis for capitalist production there was created by primitive accumulation under the conditions of uneven and combined development. This situation can be understood as a “passive revolution” based on state intervention and mass mobilization from below that shaped capital accumulation and political modernization, resulting in a form of capitalism consistent with authoritarian and hegemonic influence.

KEYWORDS: Mexican Revolution. Uneven and combined development. Passive Revolution. Primitive Accumulation. Class Struggle.

O debate histórico-sociológico sobre os processos de formação do Estado e a ascensão do moderno sistema dos Estados capitalistas em geral enfatizou as experiências tipicamente europeias. O entendimento das origens do capitalismo em termos da crise feudal, das estruturas de classe agrárias e do desenvolvimento econômico na Europa passou, portanto, a marcar um crescente grupo de pesquisadores que tinham como foco as mudanças nas relações

¹ Publicado originalmente em *Latin American Perspectives*, Issue 170, vol.37, n.1, January, 2010, p.7-34. Tradução do inglês de Ilka Maria de Oliveira Santi, Mestre em Letras pela UNICAMP.

² Adam David Morton é professor associado de economia política na Universidade de Nottingham.

sociais de propriedade (ver, por exemplo, ANDERSON, 1974; BRENNER, 1985a; 1985b; COMNIMEL, 1987; ROSENBERG, 1994; TESCHKE, 2003; WOOD, 1991). Este trabalho tem-se notabilizado por destacar padrões duradouros de relações sociais de propriedade centrais na conformação da Europa no final do período medieval e no início da Era Moderna, padrões diversificados de servidão dentro do feudalismo, conflitos de classe intrínsecos à emergência do capitalismo agrário, e, dessa maneira, a “transição” capitalista por meio de diferentes trajetórias de desenvolvimento. Uma questão levantada em relação a tais análises é seu “difusionismo eurocêntrico” – a interpretação da disseminação do capitalismo em termos de uma onda de difusão expansionista da Europa Ocidental para a periferia não-europeia, sem examinar as condições de luta de classes nesse último contexto (Blaut, 1993; 1999, p.130-132)³. O objetivo deste artigo é contribuir para esse debate, dando enfoque às transformações nas relações sociais de propriedade que resultaram da Revolução Mexicana (1910-1920). Busca-se analisar as origens sociais da transição para a modernidade capitalista na formação do México moderno. Assim como Eric Hobsbawm (1987, p.286) declarou, “a Revolução Mexicana é significativa, pois nasceu diretamente das contradições internas ao império mundial, e porque foi a primeira dos grandes revoluções do mundo colonial e dependente, nas quais a massa trabalhadora desempenhou um papel importante”.

O artigo vale-se explicitamente da teoria da modernidade política proposta por Antonio Gramsci, e sua contribuição para um entendimento da história internacional da formação do Estado e da ascensão do moderno sistema dos Estados capitalistas (ver MORTON, 2005; 2007a; 2007b; 2007c). Argumenta-se que o caso da Revolução Mexicana oferece uma oportunidade proveitosa para fornecer uma explanação sobre a revolução passiva do capital e, logo, da estratégia de classe de formação do Estado na construção de um Estado moderno⁴. A noção de “revolução passiva” refere-se aos processos de formação do Estado que surgem dentro de um quadro institucional em consonância com relações sociais de propriedade capitalista. Isso implica a criação de um Estado moderno como uma pré-condição para o estabelecimento do capitalismo (GRAMSCI, 1971, p.106-107). O historiador John Womack (1978, p.97-98) afirmou que se uma das circunstâncias da história europeia pudesse ser comparada com a experiência mexicana não seria a Revolução francesa ou russa, mas o *Risorgimento* italiano⁵. O *Risorgimento* italiano foi entendido como um caso de revolução passiva e um modo de “transição” capitalista, no qual a hegemonia não foi alcançada, mas a criação de um Estado moderno tornou-se o requisito essencial para o desenvolvimento social. Para dar forma a essa argumentação, o artigo é dividido em cinco partes.

A primeira parte oferece um panorama das questões teóricas centrais referentes à noção de revolução passiva, indicando o papel dessa noção para um entendimento da desigualdade do

³ Knight (2002a, p.197-199) também nota a “lente fortemente anglocêntrica” desta literatura e continua: “mas o que funciona para a Inglaterra (se, de fato, funciona) pode não funcionar para o resto da Europa, ainda menos para o resto do mundo”. Ao mesmo tempo, dispensar grandes teóricos simplesmente com base em suas origens europeias seria evidentemente tacanha, pois, em certa medida, “não é a proveniência, mas a utilidade das teorias que importa” (KNIGHT, 2001, p.204).

⁴ Ver Chatterjee (1986, p.46-47) sobre a apreciação da revolução passiva de capital em relação à formação do Estado moderno.

⁵ É crucial que além da afirmação de que o tratamento deveria ser original, Womack (1978, p.123 n.54) observa que o “mestre” para a análise – do fracasso da burguesia mexicana para tomar forma como uma classe governante, tendo então de recorrer ao Estado para fazer reformas, evocar o consenso e exercer a coerção – é Antônio Gramsci, ainda que ninguém que tenha tomado para si tal desafio devesse tentar abandonar a parcela do trabalho intelectual dele.

desenvolvimento e do modo como as formações sociais combinam relações pré-capitalistas e capitalistas. No México, isso se refletiu no “desenvolvimento desigual e combinado de modernas formas de produção capitalistas com formas sociais e políticas severas e ditatoriais de controle da população (COCKCROFT, 1974, p.249). A teoria da revolução passiva situa-se, portanto, junto a considerações afins de desenvolvimento desigual e combinado de modo a desenvolver uma apreciação dos processos de acumulação primitiva e de expansão capitalista concernente à ascensão do Estado moderno no México. Assim como declarou Leon Trotsky (2004[1929], p.24): “A especificidade nacional não é nada mais do que o produto mais geral da desigualdade do desenvolvimento histórico, seu resultado resumido”. Isso foi adotado por Adolfo Gilly (2007[1971], p.60-62), ao vincular o desenvolvimento especificamente nacional do capitalismo no México com sua incorporação desigual ao mercado mundial. Meu argumento, portanto, tenta abrir um novo caminho ao relacionar a teoria da revolução passiva e o desenvolvimento desigual e combinado ao caso da Revolução Mexicana e suas especificidades, em termos de luta de classes, acumulação capitalista e padrões de formação do Estado.

A segunda parte amplia a relevância dos temas da acumulação primitiva, do desenvolvimento desigual e combinado e da revolução passiva para os regimes de posse de terra na América Latina e o regime das relações de propriedade, característico do México antes da revolução. A terceira parte descreve como o entendimento da formação do Estado como revolução passiva do capital dentro das condições de desenvolvimento desigual e combinado prova-se vantajoso em relação às interpretações da revolução como uma revolução burguesa. As duas partes seguintes remetem a momentos específicos na luta entre as forças sociais de classe no México entre 1920 e 1940, as quais por fim resultaram nas condições da revolução passiva. Uma série de continuidades e mudanças no regime das relações sociais de propriedade no México no período de 1920-1940 é destacada na quarta parte, a qual contribui para uma compreensão dessas ocorrências como uma revolução passiva. Tendo em vista que a administração de Lázaro Cárdenas (1934-1940) é amplamente considerada como o período no qual o Estado consolidou uma base social de apoio, uma quinta parte analisa até que ponto o cardenismo foi além da política de revolução passiva para assegurar uma hegemonia política mais ampla sob os auspícios do crescente Partido Revolucionario Institucional (PRI). As circunstâncias nas quais o Estado se formou – incluindo a natureza das forças das classes sociais sobre as quais ele se assentava – deu ao capitalismo mexicano uma forma específica, mas isso não deve ser visto como parte de um caminho inexorável rumo à formação e à construção do Estado. Durante todo o período, os avanços políticos fizeram parte de uma luta aberta entre forças de classes sociais concorrentes. Esse foi o caso na fase da revolução passiva no México, bem como na reordenação do capitalismo no país nos períodos subsequentes. Teorizar a história do México em termos de revolução passiva, como podemos concluir, auxilia mais diretamente a tratar da estratégia de classe que influenciou os avanços sociais e a transformação do Estado até os dias de hoje.

A QUESTÃO DA REVOLUÇÃO PASSIVA: UM FORTE EMPURRÃO AOS VELHOS REGIMES

Os processos distintos de formação do Estado e as formas associadas de soberania evidentes no mundo pós-colonial emergiram historicamente dentro de uma divisão global de trabalho que também foi modelada pela expansão do capitalismo e pelo desenvolvimento desigual, o qual se caracteriza por uma combinação de relações sociais capitalistas, pré-capitalistas

e semicapitalistas. Em outros termos, a combinação das circunstâncias geopolíticas do sistema dos Estados modernos foi incorporada ao contexto de uma ampla disseminação do capitalismo de forma socialmente desigual. O primeiro teórico desta expressão e de seu impacto sobre a adaptação dos Estados à economia mundial é, evidentemente, Leon Trotsky. “A desigualdade”, a seu ver, “é a lei mais geral do processo histórico [e] revela-se mais aguda e complexamente no destino dos países atrasados”. Devido à desigualdade dos processos de desenvolvimento, recursos apropriados a diferentes períodos históricos são combinados em uma única formação social. Por isso, “uma mistura peculiar de elementos atrasados com os fatores mais modernos” emerge dentro de uma formação social confrontada com a incorporação e a recuperação do atraso junto ao sistema capitalista em expansão (TROTSKY, 1980[1936], p.28, 31-32, 36, 72). No caso da Rússia, “a lei de desenvolvimento desigual fez com que uma contradição entre a técnica e as relações de propriedade do capitalismo destruísse o elo mais fraco na cadeia mundial” (TROTSKY, 1972[1937], p.299).

Embora a teoria do desenvolvimento desigual e combinado tenha sido julgada “antes uma concepção fragmentária e inexplorada” (ROMAGNOLO, 1975, p.8 n.2)⁶, ela oferece uma orientação útil para a investigação e a análise da fusão das relações pré-capitalistas e capitalistas nos Estados pós-coloniais, sendo “indispensável para entender o desenvolvimento da América latina nos quatro últimos séculos” (NOVACK, 1976, p.103; 1972, p.189). Isto porque, assim como argumentou Ernest Mandel (1975, p.46-61, 85-103), o desenvolvimento desigual e combinado contribuiu enormemente para a conformação da soberania do Estado e o desenvolvimento econômico nos Estados pós-coloniais. O desenvolvimento desigual tomou então lugar no quadro já existente de um sistema de Estado internacional e de um mercado mundial (ver ROSENBERG, 2006, p.308-313; TESCHKE, 2003, p.152; LACHER, 2006, p.79-83). Isso também significa que o crescimento e a disseminação do capitalismo nos Estados pós-coloniais têm ocorrido por meio de processos contínuos de acumulação primitiva. O último requer classicamente tanto a desapropriação do campesinato por meio da apropriação e concentração de terra, quanto a destituição da propriedade constituída “politicamente” pelo poder “econômico”: “divorciando o produtor dos meios de produção”, gerando indivíduos sem terra compelidos a vender seu trabalho (MARX, 1996[1887], p.705-706). No entanto, devido à presença de uma estrutura territorializada, a acumulação primitiva no mundo pós-colonial baseou-se fortemente no Estado como o local de acumulação do capital. Assim como Marx (1996[1887], p.752) também indicou, onde as condições econômicas são bem menos desenvolvidas, a acumulação primitiva procede por meio do Estado como tentativas de controlar as camadas da sociedade que podem ter relações de propriedade antiquadas, mas “continuam a existir lado a lado em gradual decadência”. O resultado é uma forma “estatizada” de desenvolvimento por meio da qual a reprodução das relações de propriedade capitalista é ampliada em um processo de acumulação primitiva permanente, mais do que como uma época histórica momentânea, na qual o campesinato constantemente enfrenta a sua própria derrocada (ver MARX, 1998[1894], p.246; TROTSKY, 1979[1938], p.790; BARTRA, 1982, p.46; 1993, p.29, 75-78). “Portanto, depende muito de como se formou o Estado e por quem ele foi formado, o que o Estado estava ou está apto ou preparado a fazer contra ou a

⁶ O artigo de Romagnolo obteve um grande número de respostas na *Latin American Perspectives*, além de um comentário ferino de Michael Löwy (1975). Essa querela e outras mais, estão incluídas em uma excelente coleção de ensaios que apresenta a diversidade do debate sobre desenvolvimento desigual (ver Chilcote, 2003).

favor dos processos de acumulação de capital” (HARVEY, 2003, p.91)⁷. Citando as reflexões de Marx (1996[1887]) sobre a força do Estado dentro do sistema colonial como sendo ela mesma um poder econômico, Mandel (1975, p.54) notou de forma perspicaz que, nessas instâncias, o Estado vem a agir como uma “parteira do capitalismo moderno”. E é na situação de condicionamento do desenvolvimento desigual e combinado das relações de produção capitalista, semicapitalista e pré-capitalista e por meio de conflitos de classe específicos atribuídos a processos de acumulação de capital, que a história de formação do Estado pode ser relacionada às condições de revolução passiva.

A noção de revolução passiva permite a tentativa subsequente de estabelecer o domínio político do capital e o modo pelo qual os processos de formação do Estado estão ancorados nas circunstâncias de desenvolvimento desigual e combinado (MORTON, 2007a, p.63-73; 2007c). A teoria dá ênfase ao enfraquecimento dos aspectos progressivos da mudança histórica durante o período revolucionário, o qual resulta na reconstituição de relações sociais dentro de novas formas de ordem capitalista. Trata-se de uma descrição da mudança histórica que se concentra na organização das relações sociais de desenvolvimento capitalista em um período de crise da formação do Estado moderno, e enfatiza a estratégia de classe de um grupo dirigente. A continuação de contradições e condições de crise na (re)organização de classe do capitalismo ligado ao poder do Estado é um traço essencial da revolução passiva. O conceito de revolução passiva foi desenvolvido para referir-se ao *Resorgimento*, o movimento que culminou na unificação da Itália em 1860-1861. Entretanto, Gramsci também ampliou o termo, usando uma metodologia histórica, para referir-se aos movimentos constitucionalistas liberais do século XIX em geral, à restauração pós-napoleônica (1815-1848), e às restaurações que seguem ao levante social da I Guerra Mundial, que culminaram na ascensão do fascismo (ver MORTON, 2007b). Nas palavras de Gramsci (1971, p.119): “O aspecto passivo da grande revolução que começou na França em 1789 e que se espalhou para o resto da Europa com os exércitos republicanos e napoleônicos... [deu] aos velhos regimes um poderoso empurrão... resultando não em seu imediato colapso, como na França, mas em uma corrosão ‘reformista’ deles que durou até 1870”. A revolução passiva, portanto, refere-se geralmente à época da “revolução burguesa” – envolvendo levantes sociais ou a destruição de uma ordem política existente –, a qual leva à criação do poder do Estado bem como à sobrevivência e à reorganização do capitalismo. “Toda a história, de 1815 em diante”, escreveu Gramsci (1971, p.132), “mostra os esforços das classes tradicionais para prevenir a formação de um desejo coletivo... e para manter o poder ‘econômico-corporativo’ em um sistema internacional de equilíbrio passivo”. Sob condições de revolução passiva, então, “o importante é analisar mais profundamente... o fato de que o Estado substitui grupos sociais locais na liderança de uma luta por renovação” (GRAMSCI, 1971, p.105-106). Isso retoma a noção de Estado como o responsável pelo “parto” do capitalismo. Tal situação manifesta-se quando a classe governante é inábil para integrar plenamente o povo nas condições de hegemonia, ou quando está “objetivando a criação de um Estado moderno... [mas] de fato produz um bastardo” (GRAMSCI, 1971, p.90; 2007, p.378).

⁷ Mais recentemente as condições da acumulação primitiva permanente de capital foram referidas como um processo de “acumulação por desapropriação” implicando entre outros a mercantilização da terra, mudanças nas relações de propriedade, a apropriação dos recursos naturais, e o uso da dívida nacional, o sistema de crédito, os processos inflacionários como uma expressão da luta de classes, tudo o que é contingente acerca da instância do Estado (Harvey, 2003, p.145).

A teoria da revolução passiva refere-se, então, a um princípio geral de pesquisa histórica, mas não é um cânone absoluto ou fixo.

A teoria da revolução passiva pode ser identificada com várias instâncias históricas concretas, nas quais são constituídos os aspectos das relações sociais do desenvolvimento capitalista. Isso pode proceder de dois modos. Primeiro, uma revolução passiva pode ser entendida como uma revolução sem participação da massa, uma “revolução que vem do alto”, o que implica uma reforma social e política engendrada pela elite, que recorre ao capital e às ideias externas e carece de uma base nacional-popular. A noção não poderia, entretanto, ser limitada a este entendimento. Em um segundo sentido, ligado àquele, mas alternativo, apreende-se o modo pelo qual uma forma revolucionária de transformações políticas é introduzida em um projeto conservador de restauração. Nesse sentido, a revolução passiva é ligada a uma mobilização insurrecional da massa, na qual as demandas de classe são restritas e, portanto, “mudanças no modo de produção são acomodadas dentro da formação social atual” (SASSOON, 1987, p.207; ver FEMIA, 1981, p.260 n.74). Uma revolução passiva, portanto, torna-se uma técnica de formação de estado que uma classe emergente burguesa pode utilizar recorrendo à classe social subalterna, ao mesmo tempo em que estabelece um novo Estado com base no capitalismo (RILEY e DESAI, 2007). “O conceito de revolução passiva, me parece”, diz Gramsci (1996, p.232), “aplica-se não somente à Itália, mas também àqueles países que modernizam o Estado com uma série de reformas”. É neste segundo sentido que o resultado da Revolução Mexicana pode ser designado como uma revolução passiva.

Isso significa reconhecer que o Estado moderno impõe-se sobre a sociedade e o espaço em uma tentativa de homogeneizar as relações de poder. Foi esta tendência “estatizante” que inspirou Henry Lefebvre (1991, p.23), quando disse que o “Estado moderno está se consolidando em escala mundial... impondo medidas análogas, senão homólogas, independentemente de ideologia política, base histórica ou origens de classe daqueles que estão no poder”. Assim como David Harvey (2003, p.101) esclarece: “Os processos moleculares de acumulação de capital operando no espaço e no tempo geram revoluções passivas na padronização geográfica de acumulação de capital”. Metodologicamente, então, as condições de revolução passiva podem ser analisadas em termos do que Philip McMichael (1990) chamou de “comparação incorporada”. Este é um método interpretativo em sociologia histórica que focaliza instâncias inter-relacionadas de transição do Estado dentro de processos históricos mundiais, nas quais os aspectos particulares de formação do Estado são realizados dentro de traços gerais da modernidade capitalista como um todo autoformador. Instâncias de revolução passiva (o *Risorgimento* ou a Revolução Mexicana) podem, então, ser entendidas como fenômenos sociais comparáveis ou resultados diferenciados de um processo historicamente integrado. Mais do que construir uma relação “externa” entre “casos” de revolução passiva, “a comparação torna-se um traço ‘interno’... de investigação, relacionando processos aparentemente separados (no tempo e/ou espaço) como componentes de um processo histórico mundial mais amplo” (McMICHAEL, 1990, p.389). Na América Latina, várias revoluções passivas (ou “semirrevoluções de cima”) foram reconhecidas como condutoras do processo desenvolvimentista de recuperação do atraso por meio de ações planejadas, mobilização da base social e desenvolvimento nacional ao estilo populista (por exemplo, no México com Cárdenas (1934-1940), no Brasil com Getúlio Vargas (1937-1945), ou na Argentina com Juan Perón (1944-1955) (LÖWY, 1981, p.162-166; MUNCK, 1979). Embora as instâncias de

revolução passiva difiram em caráter e resultado, “em cada caso histórico manobras ‘do alto e ‘de baixo’ interagem umas com as outras, por vezes como forças conflituosas de equilíbrio, em outros momentos como uma sucessão de fases” (LÖWY, 1981, p.164). Portanto, assim como Carlos Nelson Coutinho (citado em BURGOS, 2002, p.13-14) disse, é necessário “compreender Gramsci... que pesquisou as formas ‘não clássicas’ da transição para a modernidade capitalista (a problemática da ‘revolução passiva’). Em suma, “a revolução passiva torna-se uma trajetória histórica pela qual um desenvolvimento ‘nacional’ de capital pode ocorrer sem resolução ou superação das contradições” do capital (CHATTERJEE, 1986, p.43). Isso representa não somente o tipo de estratégia da classe emergente voltada ao estabelecimento e manutenção da expansão do Estado, mas também os modos pelos quais o capitalismo se traveste sempre que se enfraquece a hegemonia ou uma formação social não pode competir com a necessidade de expandir as forças de produção (SASSOON, 1987, p.210). “Para tornar isso mais nítido”, acrescenta Chatterjee (1936, p.30), “deve-se examinar vários casos históricos de ‘revoluções passivas’ em seus aspectos econômico, político e ideológico”.

DORES DE CABEÇA PARA OS HISTORIADORES

A mistura contraditória dos elementos conservadores e revolucionários que constituíram a Revolução Mexicana continua a dar dor de cabeça nos historiadores, tal como comentou Alan Knight (1994a, p.393). As questões que os dividem vão desde o desacordo sobre os processos que influenciaram a mobilização política durante a revolução até a disputa sobre o resultado geral da Revolução Mexicana e divergências sobre qual época foi essencial para o desenvolvimento do capitalismo no México. A revolução provocou realmente a mobilização política da população? A real mudança sócio-cultural foi o resultado de agitação revolucionária? Qual foi a função da revolução no avanço das condições para o desenvolvimento capitalista? As dores de cabeça pioram se concordarmos com Adolfo Gilly (2007[1971], p.31-32) que a maciça desapropriação efetuada pela acumulação primitiva de propriedade emergiu sob Porfírio Díaz (1876-1911), ou com John Foran (2005, p.7, 34-46) que a revolução foi um momento de “êxito” na história da revolução. Uma interpretação histórica alternativa das relações sociais do desenvolvimento capitalista no México é dada, relacionando-se a noção de revolução passiva com o resultado da revolução.

Parto aqui da tese “pan-capitalista” da teoria da dependência e da análise do sistema mundial (ver HARRIS, 1978, p.5), pois seria errôneo afirmar seja que a produção da *hacienda* no México colonial teve caráter capitalista e que a história do porfiriato girava em torno da impulsão do capitalismo nacional através do sistema de *hacienda*. Em vez disso, regimes de posse de terra colonial na América latina giravam em torno (1) da grande propriedade ou latifúndios (uma forma inicial da *encomienda*) e das posteriores fazendas escravagistas, as quais geralmente se caracterizavam pela exploração do trabalho baseada na coerção extra-econômica (trabalho arrendado, arrendamento em espécie), (2) da partilha da colheita com pagamento por meio de serviços, e (3) das comunidades de pequenos produtores com produções de subsistência. Dadas essas relações sociais de propriedade, o setor agrário veio a representar (mas não espelhar) regimes feudais ou semif feudais (FERNÁNDEZ e OCAMPO, 1974, p.44-46). No México, o regime colonial espanhol herdou de seus predecessores astecas certos traços de extração do excedente baseados na apropriação do excedente sob a forma de taxa ou prestação de serviços.

Isso implicava a extração do excedente com a substituição de padrões autoridade política pela coroa espanhola (uma forma tributária) ao estilo pré-conquista e a criação de latifúndios hereditários, cultivados por peões dependentes, baseados na apropriação do excedente sob a forma de arrendamento ou serviços (uma forma senhorial). Do ponto de vista das relações sociais de propriedade, o México colonial foi a criação “feudal” de uma Espanha feudal (KNIGHT, 2002a, p.183-184, 200). Isso significa que a economia não pode ser vista como capitalista, dado que a massa da força de trabalho estava sujeita à coerção extra-econômica ou era não-livre e estava produzindo para o mercado, sendo que o principal objetivo dos proprietários de terras era a troca de mercadorias (STEENLAND, 1975, p.49-58). Essas relações sociais de propriedade marcaram a colônia Habsburgo, bem como sua sucessora, a Nova Espanha dos Bourbon, embora com maiores mudanças sociais e políticas através do desenvolvimento introvertido da metade do século XVII (*desarrollo hacia adentro*) e do crescimento liderado pela exportação do final do século XVIII (*desarrollo hacia afuera*) (KNIGHT, 2002b, p.202-206). A despeito dos estímulos de uma economia comercial e da ambição política para forjar um Estado centralizado, os Bourbons não podiam fomentar o dinamismo capitalista na Nova Espanha. A independência nacional impulsionada em 1810 foi, de fato, uma transformação conservadora que deixou intacta a velha ordem sócio-econômica, embora a reforma Liberal de 1857 tenha resultado em posterior expropriação das propriedades e concessões da Igreja para proprietários de terra ao norte do México e na desapropriação de terras da aldeia indígena para latifundiários existentes e novos (OTERO, 1999, p.34-35). O México pós-colonial herdou um Estado centralizado com as marcas de relações sociais feudais de propriedade, uma das quais, a economia agrária, era predominantemente baseada no excedente extraído diretamente dos produtores camponeses pela classe fundiária, a produção de subsistência coexistia com a produção para o mercado, e a mobilidade de fatores de produção era limitada (KNIGHT, 2002b, p.185-201, 240-269; mas ver SEMO, 1993, p.141-157).

Os elementos desse regime de posse de terra e a centralização do Estado fortaleceram-se ao longo do porfiriato. A estrutura interna das relações sociais agrárias de propriedade no México porfiriano se baseava na produção da *hacienda* centrada em uma combinação de coerção extra-econômica direta com a peonagem e o trabalho arrendado (os peões recebiam parcelas de terra em troca do trabalho no ‘domínio do senhor’) junto com o pagamento em espécie), de contrato de trabalho, e de agricultura de subsistência que inibiram uma mudança para o trabalho assalariado livre (KNIGHT, 1985, p.20-21). Assim como Marx acrescenta (1996[1887], p.178 n.2): “Em alguns Estados, particularmente no México... a escravidão é ocultada sob a forma de peonagem. Por meio de pagamentos antecipados, reembolsáveis no trabalho... não somente o próprio trabalhador, mas sua família tornou-se, de fato, propriedade de outras pessoas e de suas famílias”. O desenvolvimento desigual da agricultura mexicana, entretanto, criou uma heterogeneidade regional em certas relações de propriedade e estruturas de classe (OTERO, 1999, p.9). No México central e sul, sob o poder colonial espanhol, as assim chamadas vilas livres sob a jurisdição dos *corregidores* (supervisores espanhóis) persistiram após o governo colonial, mas tornaram-se sujeitas, sob o regime de Díaz, à expropriação em larga escala e à subordinação política (ver KATZ, 1981, p.5-21). Essas condições diferiam daquelas nos Estados da fronteira norte, Sonora, Chihuahua e Coahuila, que, sob a coroa espanhola, estavam sujeitos a assentamentos militares visando reduzir as incursões dos apaches. Por volta de 1885, a região fronteira mexicana ficou assegurada sob

este aspecto, e as comunidades militares ao norte estavam sujeitas à expropriação de terra e à supressão dos tradicionais direitos incluindo a autonomia municipal. Os Yaques, habitantes das regiões férteis de Sonora, incluindo o Yaque Valley, também sofreram uma ofensiva concentrada visando o confisco de suas terras e foram vencidos em 1908. Nas *haciendas* do norte, de Coahuila e Durango, na área conhecida como Laguna, os produtores experimentaram a peonagem menos diretamente, com as *tiendas de raya* (armazéns da companhia) sendo usadas mais como incentivos suplementares para aumentar a produção do que como um meio para assegurar a servidão por dívida. Os peões de residência permanente nessas *haciendas* iriam mais tarde revoltar-se junto com seus *hacendados* durante a revolução: “Como os senhores medievais na Europa, alguns desses proprietários de terra de Sonora e Laguna chegariam mesmo a liderar seus peões bem pagos e bem tratados em batalhas (KATZ, 1981, p.14).

Portanto, o porfiriato empurrou a população rural do México junto a um continuum que ia do peão até o camponês livre (em algumas *haciendas*) e o status proletário dependente, embora com representantes dos últimos concentrados em enclaves dominados pelo capital estrangeiro (em construção de estradas de ferro, extração de materiais crus, produção de petróleo) (HODGES e GANDY, 1979, p.9, 76-77; 2002, p.14-15; Katz, 1981, p.12; Knight, 2007, p.159). O capital era em grande medida importado, o que significava que o aumento nas relações de mercado não era acompanhado pela disseminação do trabalho livre produtivo, que a peonagem por dívida e a meação continuavam a prosperar, e que o mercado doméstico permanecia limitado, restringindo o objetivo para acumulação de capital (KNIGHT, 1990a, p.187). Assim, embora as “injeções de capital estrangeiro dentro da economia trouxessem espasmos de desenvolvimento desigual” (HODGES e GANDY, 1979, p.9), o porfiriato era marcado mais pelo predomínio do capital de fora. A despeito das expropriações das reformas liberais de 1857 e da posterior desapropriação de colonos e homens da fronteira por *hacendados* durante o porfiriato, o desenvolvimento do capitalismo no México seguiu menos a “Via junker⁸” (om base na lenta transformação de latifúndios em empresas capitalistas) do que o “caminho do agricultor” (baseado na destruição violenta dos latifúndios e no rompimento da tradicional dominação das classes latifundiárias através da revolução e da reforma agrária) (LENIN, 1962[1907], p.241-243, 422). O “caminho do agricultor” ocasionou uma diferenciação social de maior alcance no campo através da criação de uma ínfima burguesia rural emergente, produtores rurais, e/ou proletários de pequenas propriedades compelidos a vender seu trabalho por meios de poder social “não político” ou “puramente econômico” mediado pelo mercado (BARTRA, 1975, p.126-127; DE JANVRY, 1981, p.106-109). Portanto, assim como Eric Wolf (1997, p.79) apontou: “Não há nada como um capitalismo mercantil ou mercante”, pois “o capitalismo, para ser capitalismo, deve ser capitalismo de produção”. O capitalismo simplesmente não pode ser a causa de si mesmo. Assim como Knight (1985, p.20) resume a situação do México, “o desenvolvimento capitalista requereu kulakização e/ou proletarização não apenas em termos de definição, mas também como uma prática que atua como pré-requisito para a criação de um mercado doméstico, de acumulação de capital, e de industrialização”. De acordo com Marx (1996[1887], p.180), “as condições históricas da existência do capital são constituídas não pela mera circulação de artigos, mas pela condição do trabalhador ‘livre’...

⁸ N. da T.: Do inglês “Junker road”, que corresponde a um conceito de Lenin de transição paulatina para o trabalho assalariado. Para saber mais sobre o conceito, consultar: http://www.anthropology.ac.uk/Era_Resources/Era/Peasants/theory05.html.

O capital, portanto, anuncia desde seu surgimento uma nova época no processo de produção social”. E é para essa época de desenvolvimento do capitalismo no México – para a particular configuração das forças de classe e relações sociais capitalistas de propriedade que emergem da Revolução Mexicana – que nossa atenção agora se volta.

OS CONTOS DE FADA DA “REVOLUÇÃO BURGUESA”

Em seu apogeu entre 1910 e 1915, a Revolução Mexicana era um movimento popular agrário e de base camponesa, que levou a uma ampla reforma agrária social, especialmente durante a administração de Cárdenas. Relatos da fase “institucional” da revolução fazem parte de longas narrativas de mudança sociopolítica ligadas seja a um resultado revolucionário popular ou a um resultado burguês, que podem muito bem ser variações de um tema bem afim aos contos de fada (KNIGHT, 1990a, p.198). As instituições construídas durante o regime de Díaz foram fisicamente desmanteladas pela revolução e isso levou à emergência de forças de classes sociais por meio das recém-formadas ligas camponesas e organizações sindicais, e à circulação das elites estatais e mudanças na retórica política (KNIGHT, 1985, p.17). “Por volta de 1940, uma completa reforma agrária tinha liquidado a classe semifeudal de proprietários de terra, dando origem a uma sociedade capitalista” (HODGES e GANDY, 2002, p.37). Entretanto, os eventos de 1920-1940 não devem ser vistos como uma simples saga de transformação do Estado, construção da nação e acumulação de capital. O programa de reforma radical na década de 1930 foi o resultado de uma ampla rebelião campesina baseada em concepções rurais poderosas, que sustentavam sobrepostas lutas de classe em uma situação de soberania múltipla (KNIGHT, 1985, p.9-10, 17). Portanto, trata-se de algo que foi além da mera consolidação das elites neo-porfirianas ou da construção de um Estado cínico e centralizador (KNIGHT, 1992a, p.172-173).

Ao mesmo tempo, emergiu uma complexa mistura de gerais constitucionalistas, antigos oficiais de Obregón e outros funcionários e políticos. Além disso, “tal como no tempo da Revolução Francesa, a velha classe detentora de posses, punida pela revolução, evoluiu de forma cada vez mais descarada buscando laços mais próximos com a nova burguesia que ainda precisava achar seu lugar” (GILLY, 2007[1971], p.146). Assim como Gilly (2007[1971], p.208) continua a detalhar, “eles enriqueciam com uma voracidade comparável à da burguesia na Grande Revolução Francesa, constituindo um segmento de novos latifundiários e ‘revolucionários’ novos ricos, mais tarde representados pelo governo da burguesia mexicana, e fundindo-se com os remanescentes da oligarquia porfiriana por meio de uma variedade de negócios, casamentos e outros contratos semelhantes”. Os exemplos aqui incluem o Banco Nacional do México, formado em 1884 e controlado pelo capital francês nos termos do Banco de Paris e dos Países Baixos, o qual sobreviveu ao porfiriato e foi administrado a partir de 1920 pela família Legorreta; o grupo Barcelonette, cujos membros imigraram da província francesa de Barcelonette para o México e colaboraram com o Banco de Paris e dos Países Baixos para formar a Société Financière pour l’Industrie au Mexique, fundamental para as operações comerciais, financeiras e de bens imóveis no México, incluindo o estabelecimento de empresas, tais como a Cervecería Moctezuma, e algumas das maiores lojas de departamentos, tal como a Puerto de Liverpool e o Palacio de Hierro; e Aarón Sáenz, que fez a transição de membro do staff geral do Exército Constitucionalista para vários postos em subgabinetes e gabinetes nas

décadas de 1920 e 1930, tornando-se membro da burguesia nacional (ver CÓRDOVA, 1973, p.376-377; HAMILTON, 1982a, p.38-44; 1982b, p.46-49, 87-90).

Por isso, embora o campesinato tenha se tornado um agente ativo na revolução, isso não lhe foi proveitoso devido aos interesses arraigados acima descritos, o desenvolvimento de uma burguesia nacional e o papel ambíguo da emergente classe trabalhadora urbana/industrial, a qual excluiu uma aliança entre o proletariado e o campesinato (HAMILTON, 1982b: 143). Assim como Knight (1986a, p.433) afirma: “não houve grande aliança entre o campesinato e o proletariado”. Assim, a despeito do fato de os exércitos campesinos de Francisco “Pancho” Villa e Emiliano Zapata terem-se unido depois da Convenção de Aguascalientes (1914-1915) e obtido o controle da Cidade do México e dois terços do país, qualquer aliança mais ampla entre o proletariado e o campesinato era frustrada pela concorrência com o Exército Constitucionalista de Venustiano Carranza e Álvaro Obregón. Em 1919, Zapata foi assassinado e a Constituição de 1917 fez limitadas concessões às classes sociais subalternas, reconhecendo direitos sociais e políticos coletivos de trabalhadores e campesinos (Art. 27) e a proteção legal e social dos trabalhadores (Art. 123). Embora o programa constitucional acentuasse o desenvolvimento do capitalismo, “não é o bastante... dizer que a Constituição de 1917 foi uma constituição burguesa. Sem dúvida ela o foi, e sob a sua proteção a burguesia e o capitalismo iriam passar a se desenvolver no México. Mas também foi um testemunho indireto e remoto – em suma, constitucionalista – das conquistas da luta de massa” (GILLY, 2007[1971], p.259). Durante a revolução, um acordo entre o Exército Constitucionalista e os trabalhadores da Casa del Obrero Mundial teve êxito em separar trabalhadores e camponeses. Em 1918, a formação da primeira organização operária do México, a Confederación Regional Obrera Mexicana (CROM), anunciou as futuras relações íntimas entre o Estado intervencionista e as organizações operárias “oficiais” cooptadas. O não desenvolvimento de um programa revolucionário coeso aumentou a marginalização tática das classes populares, mesmo com a participação nos aspectos reformistas do resultado “revolucionário”. A resultante estabilização relativa das condições sob a tutela do Exército Constitucionalista em Sonora – liderada por Obregón, Plutarco Elias Calles e Adolfo de la Huerta, e apoiada pela CROM – levou à eleição de Obregón, em 1920, por um mandato presidencial de quatro anos. “A burguesia pós-revolucionária, desenvolvida através desse sistema peculiar de acumulação primitiva (já experimentada pela burguesia europeia séculos antes), logo investiu seu ganho em interesses bancários, industriais e comerciais, chegando a enriquecer pelos mecanismos normais de acumulação do capital (GILLY, 2007[1971], p.352). Portanto, a despeito das mudanças institucionais e agrárias forjadas pela revolução, também foram produzidas aprimoradas relações sociais capitalistas de propriedade, mobilidade do trabalho, acumulação do capital, e a formação de um mercado nacional integrado. Assim, tratou-se em certo sentido de uma “revolução burguesa” (KNIGHT, 1990a, p.182-183) “não porque houvesse um empenho consciente da burguesia (ainda menos da burguesia nacional)... mas antes porque se deu um decisivo impulso para o desenvolvimento do capitalismo mexicano e da burguesia mexicana” (KNIGHT, 1985, p.26). Isso não significa que a revolução foi feita conscientemente pelos capitalistas, mas que ela trouxe mudanças para as relações de propriedade e uma mudança no poder do Estado como “a condição prévia para uma acumulação de capital em larga escala e o estabelecimento da burguesia como classe dominante (CALLINICOS, 1989, p.124). Essa análise evita a afirmação de que “a ascensão da burguesia ao poder é quase automática”, ou de que uma forma já existente de

sociedade burguesa foi constitutiva do capitalismo (BRENNER, 1989, p.280). “É mais sensível... julgar uma revolução burguesa pelo seu nível de êxito em estabelecer um centro autônomo de acumulação de capital, mesmo se falha em democratizar a ordem política, ou eliminar as relações sociais feudais (CALLINICOS, 1982, p.110).

Os objetivos mais amplos do Porfiriato (construção do Estado e desenvolvimento capitalista) tinham portanto continuado, embora acidentalmente, sob circunstâncias radicalmente mudadas. Assim, uma combinação de ampla rebelião camponesa e de mobilização popular salvaguardou a reforma agrária que era congruente em suas consequências com os subseqüentes padrões latino-americanos do século XX, por exemplo, na Guatemala (em 1952), na Bolívia (em 1952), e, até certo ponto, na Venezuela (em 1959) (DE JANVRY e GROUND, 1978, p.91-92). A preocupação do nascente Estado mexicano era a reconstrução junto de uma reforma radical que beneficiasse a indústria, aprofundasse o mercado doméstico, desapropriasse o campesinato de terra e criasse trabalhadores assalariados sem propriedade através de processos de acumulação primitiva, tornasse a agricultura mais eficiente, e transferisse recursos do campo para a cidade (KNIGHT, 1985, p.27). A formação do Estado revolucionário não era, entretanto, uma passagem tranquila para a construção de um “Leviatã no Zócalo” (ver CÓRDOVA, 1973, p.236-247; BENJAMIN, 1985). O Estado estava há muito estabelecido como o poder único e legítimo nas províncias e, de fato, era confrontado com a violência agrária entre as décadas de 1920 e 1940 (TUTINO, 1986, p.341-347). Durante todo o período, a formação do Estado foi um produto histórico de experiências moldadas de cima e de baixo, e baseadas em uma mistura de insurreição camponesa e reformismo da elite (KNIGHT, 1990a, p.186-190; 1994a, 401). Entretanto, “somente em tempos e locais isolados... estavam as massas aptas a transcender o caráter globalmente burguês da revolução” (GILLY, 2005, p.331). Assim, em seu programa e resultado, a Revolução Mexicana pode ser corretamente situada entre as revoluções burguesas clássicas da sociologia histórica. “O que emerge da revolução burguesa é o papel político de uma classe minoritária e o desenvolvimento do capitalismo. Entretanto, seu domínio é vencido pela ação coletiva” (WOLFREYS, 2007, p.57). Evidente na Revolução Mexicana, esta lógica lhe fornece “um lugar na história mundial na fronteira entre as últimas revoluções burguesas e a primeira revolução do proletariado, de outubro de 1917 na Rússia” (GILLY, 1979, p.57). Ela também foi, em suas contradições, a primeira revolução passiva do século XX na América latina.

Tal como foi defendido anteriormente, a noção de revolução passiva pode ser estendida a uma variedade de desenvolvimentos históricos. No México, embora a reforma agrária tivesse sido inaugurada e as massas populares tenham passado por uma experiência “revolucionária”, a constituição de formas políticas adequou-se à organização das relações sociais capitalistas de propriedade. Assim como Gramsci (1992, p.150-151) uma vez postulou: “as relações de classe criadas pelo desenvolvimento industrial induzem a burguesia não a lutar contra o velho mundo, mas a permitir que subsista parte da fachada a qual iria serve para ocultar sua dominação. Esse caráter conservador se refletiu na destruição das grandes *haciendas*, embora o sistema de *hacienda*, pelo menos até certo ponto, persistisse, refletindo as diferenças entre as relações de propriedade agrária do norte e centro-sul sublinhadas inicialmente (KNIGHT, 1991a, p.74, 96, 102-103). A velha ordem agrária estava muito enfraquecida, mas não inteiramente suplantada; as velhas classes feudais mantinham alguma influência política (KNIGHT, 1986b, p.464-465). O aspecto “passivo” desse processo consiste em sua absorção

do potencial revolucionário das forças de classe através do Estado e em mudanças nas relações sociais de propriedade pela indução de consenso, exercício da coerção e empenho na cooptação. As mudanças são acomodadas dentro da formação social existente, embora, é claro, não necessariamente em um “modo” passivo. A ênfase aqui é no desenvolvimento das relações de propriedade através da intervenção do Estado – com a inclusão de novos grupos sociais dentro de uma ordem política conservadora. Não há expansão de controle da massa sobre a política.

O Estado, por isso, vem a ter um papel desordenado na tentativa de assegurar uma posição central dominante para a acumulação de capital sob condições de desenvolvimento desiguais e combinadas da economia mundial. No contexto histórico russo, “o capitalismo parecia ser uma cria do Estado” (TROTSKY, 2002[1919], p.173). No contexto mexicano, “o resultado final da revolução foi expresso acima de tudo no nível do Estado” (GILLY, 1979, p.43). O processo de superação do desenvolvimento desigual e combinado – ou “desenvolvimento burguês atrasado” – nos Estados coloniais e pós-coloniais é, portanto, encabeçado por forças sociais, incluindo a *intelligentsia*, unidas ao capitalismo de Estado (TROTSKY, 2004[1939], p.152; CLIFF, 1999[1963], p.65)⁹. Gramsci (1971, p.58-59) defendeu que a mobilização através da revolução passiva implicava “a formação de uma classe governante muito mais ampla” com “a gradual mas contínua absorção, realizada por métodos que variavam em sua eficácia, de elementos ativos produzidos por grupos aliados – e mesmo daqueles que vieram de grupos antagônicos e pareciam irreconciliavelmente perdidos”. O Estado serve como o lugar de acumulação e construção da ordem política do capital. Uma revolução passiva é, portanto, assegurada pela dominação política do capitalismo de Estado (CALLINICOS, 1982, p.108-111; 1989, p.124, 160). No México, isso significou manter “o constante estado de violência, luta e expropriação, característico do processo de acumulação primitiva permanente” (BARTRA, 1975, p.141). Uma revolução passiva era, então, evidente nas contradições oriundas deste processo (KNIGHT, 1986b, p.498, 500, 511). Assim como Womack assevera (1978, p.97), ao capturar essas contradições, “a diferença que a chamada Revolução fez à história moderna do país foi, portanto, não uma transformação radical, mas simplesmente uma reforma, realizada por métodos violentos mas dentro de limites já estabelecidos”. O caráter burguês do Estado mexicano, então, mistificou princípios da revolução de modo a cooptar as demandas radicais das classes populares a ponto de os mitos ideológicos contra-revolucionários poderem ser propagados como uma estratégia da classe estatal (O’MALLEY, 1986, p.7). Como resultado disso, “a reificação da ‘nação’ no corpo do Estado tornou-se o meio para construir esta estrutura hegemônica” do poder do Estado (CHATTERJEE, 1993, p.212). Agora é a hora de focalizar as contradições e os antagonismos de continuidade e mudança que resultaram da Revolução Mexicana e da revolução passiva do capital.

CONTINUIDADE E MUDANÇA: RUMO À REVOLUÇÃO INSTITUCIONALIZADA

Em 1920, os generais sonoreños do Exército Constitucionalista (Obregón, Calles e de la Huerta) estabeleceram uma posição como “vitoriosos” sobre as facções concorrentes lideradas por Zapata, Carranza e, finalmente, Villa. Essa dinastia sonoreña devia presidir um

⁹ Enquanto o resultado dos processos nos quais o capitalismo de estado vem a predominar pode ser chamado de “revolução permanente desviada” (Cliff, 1999 [1963], p.65) ou de “revolução não desenvolvida” (Cockcroft, 1974, p.251), as condições gerais são consoantes com o curso da ação de uma revolução passiva (Callinicos, 1982, p.111)

período em geral reconhecido como fase institucional da revolução (1920-1940) durante o qual as palavras “revolução” e “reconstrução” se tornaram sinônimos (MEYER, 1991, p.204). Sucedendo a presidência provisória de De La Huerta, um ramo específico do socialismo foi valorizado durante a presidência de Obregón (1920-1924), o qual adotou a visão de que “o principal propósito do socialismo é estender uma mão para o oprimido de modo a estabelecer um maior equilíbrio entre capital e trabalho” (citado em CROCKCROFT, 1983, p.105). A situação na época, entretanto, estava longe de ser estável, e os construtores do Estado sonoranos tinham de enfrentar os interesses reacionários das elites porfirianas sobreviventes, caudilhos militares e civis rivais, assim como a inquietação da massa. Como resultado disso, alianças táticas foram forjadas entre as classes mais baixas do México e os interesses norte-americanos. O Tratado de Bucareli, de 1923, garantiu o reconhecimento diplomático do governo mexicano e a isenção do capital norte-americano do Artigo 27 da Constituição concernente à apropriação de terra. Um projeto educacional liderado por José Vasconcelos implicou o subsídio a um renascimento nas artes e na literatura com frequência associado aos trabalhos de Diego Rivera, embora tivesse firmes raízes na era pré-revolucionária¹⁰. O orçamento do Ministério da Educação Pública aumentou de 15 milhões de pesos em 1921 (ano em que foi estabelecido) para 35 milhões em 1923, em um esforço para efetuar uma reconstrução ou mudança na *mentalidade* (MEYER, 1991, p.208). Como parte do projeto de formação do Estado, o ministro auxiliou na construção de apoio popular para as políticas de Estado entre camponeses e operários. Assim como Mary Kay Vaughan (1997, p.20) documentou, ele ajudou a mobilizar a sociedade urbana e rural não somente através de noções de modernidade unidas à produção e tecnologia, mas também através de políticas educacionais de secularismo, patriotismo e cultura popular, superando as superstições e práticas regionais para engendrar uma “linguagem comum para consenso e protesto”. Na metade da década de 1920, com o regime levemente mais estável, uma ampla luta ideológica e cultural também começou com uma investida contra a Igreja. A promoção de um anticlericalismo implantado sob Calles (1924-1928) resultou na Guerra dos Cristeros (1926-1929) (ver MEYER, 1976). Esse período casualmente atraiu a atenção de Gramsci e foi denominado “*Kulturkampf* mexicana de Calles”, um estágio da luta anticlerical que exemplificou a emergência do Estado moderno (GRAMSCI, 1992, p.195-196; 1996, p.11-13, 207). Essa luta de classes também era parte de um esforço mais amplo para promover uma “revolução psicológica” no México que envolvesse a mudança de consciência do povo para criar uma “nova alma nacional” (KNIGHT, 1994a, p.402). O resultado desse esforço, de acordo com o romancista Carlos Fuentes (1988, p.12-13), foi uma percepção cultural de autoconhecimento e identidade nacional no México que se tornou um dos principais legados da revolução. Entretanto, a tentativa de integrar forças sócio-políticas e econômicas divergentes sob a autoridade do Estado foi baseada em contínua cooptação, violência e coerção. Indicativo disso foi o assassinato de Obregón pelas mãos de um fanático católico em 1928.

Uma característica posterior desse esforço para consolidar e institucionalizar o poder da classe estatal era a busca de aproximação do movimento operário e do campesinato sob a forma de colaboração de classe. Isso incluía fomentar uma estreita relação com sindicatos,

¹⁰ Já em 1910, sob a administração Díaz, o ministro da educação, Justo Sierra, planejou para um grupo de muralistas, conhecidos como a Sociedade de Pintores e Escultores Mexicanos, decorar a Escola Preparatória na Cidade do México. Diego Rivera era um beneficiário do mecenato oficial nessa época e recuperou o espírito revolucionário quando o projeto do mural foi reabilitado e apresentado como um gesto “revolucionário” depois de 1920 (ver Marnham, 1998, p.85, 169-170).

a qual servia como uma base de apoio e um meio de diluir formas mais autônomas de organização de classe. Assim, a CROM foi erigida como um baluarte contra sindicatos rivais, tais como o Partido Nacional Agrarista (PNA), a Confederación General de Trabajo (CGT), e a Confederación Sindical Unitaria de México (CSUM). Embora o Partido Comunista Mexicano (PCM) tivesse sido fundado em 1919, ele era relativamente fraco, fragmentado e preso a ideias sindicalistas e libertárias (CARR, 1983, p.277-305). Em contrapartida, dirigentes da CROM, como Luis Morones, que foi indicado para o comando do Ministério da Indústria, Comércio e Trabalho, ganharam força em poderosas regiões e governos locais, a ponto de serem plenamente incorporados dentro do aparato estatal (ver TARDANICO, 1981). O virtual desaparecimento da greve como uma arma do operariado mexicano entre 1924 e 1933 (MICHAELS, 1970, p.65-66) parece ser uma forte indicação da institucionalização do conflito de classes dentro do Estado emergente, o qual iria subsequentemente assegurar o controle político, novas bases sociais para o desenvolvimento da produção e condições benéficas para o aumento da acumulação do capital (ver MACKINLAY e OTERO, 2004). Entretanto, incompleta ou porosa, a dominância estatal nesse período ainda superava a fragilidade do porfiriato, embora mantivesse a base estrutural de empresa capitalista. Assim como Nora Hamilton (1982b, p.101-103) defendeu, muitos dos grupos dominantes do porfiriato estavam aptos a reinstalar-se no sistema econômico junto dos “capitalistas da revolução”, que se tornaram ricos *hacendados* e empreendedores urbanos (ver também TARDANICO, 1982, p.417). A Restauração no México pós-revolucionário era a dos “industriais instantâneos”, tais como Federico Robles em *La región más transparente* de Fuentes, e a dos novos burgueses revolucionários, tais como Artemio Cruz, em seu *La muerte de Artemio Cruz*¹¹. De modo geral, as classes do Antigo Regime planejavam manter um papel político, enquanto novas formas de poder eram desenvolvidas para prosseguir a expansão do capitalismo sob a tutela da burguesia emergente. Esses são traços clássicos de uma situação de revolução passiva.

Embora as modificações de grande alcance na estrutura econômica no México fossem introduzidas, essas mudanças mantinham a posição privilegiada das elites, incluindo a dinastia sonorana, que não tinha nenhum plano para transformar a sociedade e, em vez disso, pensava em manter a ordem estabelecida. Isso resultou em uma “burguesia mexicana temerosa, imitativa e inteiramente colonizada, que dependia de subsídios e patrocínio do Estado, concessões fáceis e lucros sem riscos” (AGUILAR, 1980, p.122). O domínio era mantido com formas coercitivas de controle político e absorção paulatina da oposição. O modo como a CROM era assediada resumiu essas táticas (conhecidas como *transformismo*), as quais implicavam a incorporação de líderes potencialmente ameaçadores, bem como de programas e ideias alternativas, até que as diferenças substantivas pudessem ser dissolvidas (GRAMSCI, 1971, p.58 n.8). Nessa época, então, as elites revolucionárias de Calles exerceram no máximo uma fraturada ou fraca hegemonia baseada no controle político. Esse não foi “um exercício ‘normal’ de hegemonia... caracterizado por uma combinação de força e consenso a se equilibrarem mutuamente, sem a força predominar excessivamente sobre o consenso” (GRAMSCI, 1971, p.80 n.4).

Em 1929, o Partido Nacional Revolucionario (PNR) foi criado por Calles, que percebeu a criação de tal partido nacional como sendo essencial para a construção de um Estado

¹¹ O papel desses textos dentro da função social mais ampla de Carlos Fuentes como um romancista das circunstâncias da revolução passiva no México (de fato, como um “revolucionário passivo”) é detalhado em Morton (2002b, p.27-51).

forte, mantendo elementos militares e civis sob o controle civil centralizado, e assegurando a estabilidade política necessária para a modernização econômica (MIDDLEBROOK, 1995, p.26-27). A criação de um partido oficial foi uma tentativa de favorecer um consenso entre os líderes revolucionários. Estabeleceu-se uma forma seletiva de inclusão para minimizar a divisão e o uso da coerção (KNIGHT, 1992b, p.134-135). Entretanto, a criação de um partido supostamente de vanguarda ocorreu *depois* da revolução (KNIGHT, 1991a, p.181-182). Da mesma forma, quase todos os sindicatos contemporâneos do México emergiram *depois* que o regime revolucionário foi estabelecido, contribuindo para uma relação assimétrica entre Estado e operariado (WHITEHEAD, 1991, p.81). Gramsci (1977, p.330-339) defendeu que os partidos políticos criados depois das “revoluções burguesas” não tinham condições de contribuir para uma mudança radical da sociedade capitalista, e a arrogação da CROM para si mesma das funções políticas da organização dos trabalhadores e do provimento do Estado para esse papel corresponde à sua análise. Embora a classe trabalhadora mexicana ainda estivesse em formação, a massa operária nas indústrias modernas – ferroviários, estivadores, trabalhadores têxteis, mineiros – deu início a formações políticas fortemente reformistas e pragmáticas. Essa aceitação da autoridade do Estado pelos trabalhadores corresponde ao movimento reformista dos trabalhadores na Europa (KNIGHT, 1984, p.68-69, 71).

Uma evidência posterior da revolução passiva apareceu entre 1928 e 1934, quando, a despeito de ter deixado a presidência, Calles exerceu grande influência política sobre a presidência de Emilio Portes Gil, Pascual Ortiz Rubio e Abelardo Rodríguez. Esse período ficou conhecido como o Maximato devido à influência pretoriana de Calles como *jefe máximo*, e reformas sociais com algum significado definham sob as políticas do maior ideólogo do capitalismo no México na época (CORNELIUS, 1973, p.407). Por volta de 1932, a CROM estava em declínio porque não estava apta a manter sua aliança com o crescente governo conservador nacional e porque a classe trabalhadora não aprovava mais as suas políticas de cooperação com o governo, nacionalismo, e redução da ação direta (MICHAELS, 1970, p.65-66). No mesmo ano, o líder operário Vicente Lombardo Toledano declarou: “não podemos proclamar ou louvar a ditadura do proletariado... pois estamos vivendo em um período de capitalismo organizado (citado em COCKCROFT, 1983, p.122). Em 1933, ele presidiu a Confederación General de Obreros y Campesinos de México (CGOCM), a qual devia se tornar a organização nacional operária reconhecida oficialmente. Enquanto isso, a reforma social começou a estagnar e certas classes e frações de classes (camponeses sem terra, operários urbanos e militantes católicos) tornaram-se cada vez mais alienadas do regime callista, sem se unirem em torno de um único líder ou programa político. Esses interesses políticos conflitantes eram refletidos na estrutura do PNR, a qual veio a girar em torno da política agrária, política trabalhista, relações Estado-Igreja e nacionalismo econômico. Assim, “a situação no país durante o Maximato poderia ser caracterizada como um caso de incongruidade aguda entre sistemas de crença – a ‘ideologia da Revolução Mexicana’, consagrada na Constituição de 1917, bem como nas afirmações públicas de Calles e seus colaboradores desde 1924 – e a manifesta designação de bens e status” (CORNELIUS, 1973, p.406). Essa situação é indicativa da doença social, ou crise orgânica, da revolução passiva confrontada com um Estado incapaz de incluir grupos sociais inteiros dentro de uma ideologia política e social hegemônica (GRAMSCI, 1971, p.210-211).

Sintoma dessa condição de revolução passiva e luta aberta de classes durante a década de 1930 foi a ascensão de um tipo nativo de fascismo na forma dos sinarquistas e dos “Gold shirts” [camisas douradas] paramilitares, os quais levantaram a possibilidade de um golpe direitista. Em 1933, entretanto, uma fração da classe dominante composta por grupos da velha burguesia, novos “revolucionários” capitalistas, e um grupo emergente de “agrários”, incluindo governadores de estado, tais como Lázaro Cárdenas (Michoacán), Adalberto Tejeda (Veracruz), Emílio Portes Gil (Tamaulipas) e Saturnino Cedillo (San Luis Potosí), apoiados por um número crescente de camponeses descontentes, começou a tomar forma. Como observa Hamilton (1982b, p.120), o desenvolvimento de uma classe capitalista nacional deu-se no contexto da competição geopolítica mundial. O estatismo da Nova Política Econômica da União Soviética e o *New Deal* de Franklin Roosevelt nos Estados Unidos ajudaram a reforçar as primeiras concepções do Estado “revolucionário”, moldando ativamente o contexto nacional, e levou a um desejo maior de intervir nas relações de produção em favor de camponeses e operários. A aliança Estado-operariado também tinha sido ampliada como parte de um programa de mobilização popular, canalizada por um partido multiclasse, o que resultou em ganhos ideológicos, políticos, organizacionais e materiais (COLLIER, 1992, p.25). Embora as relações sociais de propriedade retivessem lineamentos do regime de Díaz, havia uma “imensa mudança” nas atitudes políticas que deviam ser consolidadas pelas “realizações palpáveis” da década de 1930 (KNIGHT, 1984, p.79; 1994a, p.394; Maxfield, 1993, p.238).

CARDENISMO: RUMO AO “OGRO FILANTRÓPICO”

A ascensão do cardenismo – talvez adequadamente entendida pela descrição de Octavio Paz (1990[1979], p.377-398) do Estado mexicano como o “ogro filantrópico” – foi o resultado de forças sociais orgânicas e relativamente permanentes oriundas da revolução, interagindo com fatores conjunturais específicos relacionados com as contradições do capitalismo e a crise mundial na década de 1930 (ver GILLY, 1994, p.295-324). No congresso do PNR em 1933, uma combinação de lutas internas e de tendências externas produziu uma coalisão de forças em apoio à candidatura presidencial de Cárdenas. Essa coalisão “progressiva” desnudou noções “radicais” da militância operária e agrarianismo dentro dos confins institucionais da luta política. Um plano de seis anos anunciado no congresso simbolizou esses elementos. Houve um compromisso reafirmado para a reforma agrária dentro de um Estado que iria ativamente dirigir e reestruturar a sociedade em nome das massas, fortalecendo as organizações sindicais e a educação de operários e camponeses. O objetivo era favorecer um novo sentido da identificação popular com o Estado e, com isso, estabelecer a base de apoio da massa organizada que deveria transformar a base social e sua função. Nesse esforço para forjar um consenso hegemônico, Cárdenas gastou 673 dias de trabalho – aproximadamente um terço de seu mandato – longe da Cidade do México, viajando cerca de 88.000 quilômetros em 143 expedições separadas para todos os estados e territórios (CORNELIUS, 1973, p.455).

Antes da implementação dessas mudanças, entretanto, houve uma luta em 1934-1935 entre generais e políticos, especialmente Calles e Cárdenas. A consolidação da influência de Cárdenas não foi assegurada até 1937-1938 devido à constante ameaça da mobilização popular de direita e à intransigência de caudilhos com bases de recurso independentes, tais como Cedillo – descrito por Graham Greene (2006[1939], p.46, 53) como um “obsequioso capitalista” no

qual “nenhum outro capitalista devia confiar”. Não obstante, a mutante configuração de classe de apoio para os atores políticos por fim levou à marginalização de Calles. Em 1936, Cárdenas derrubou o Maximato e deu fim ao governo sonorano, exilando Calles nos Estados Unidos. Entre 1934 e 1937, um processo de organização operária e de mobilização agrária popular gerou um equilíbrio entre as iniciativas de cima com os impulsos de baixo. Em 1936, a CGOCM foi rebatizada como Confederación de Trabajadores de México (CTM), com Lombardo Toledano como secretário-geral e Fidel Velázquez como secretário da organização, e manteve o equilíbrio entre capital e trabalho no contexto de um sistema capitalista de produção. Também foram dados passos para organizar o apoio camponês separadamente sob os auspícios da PNR, facilitando o controle mais próximo da reforma agrária e levando à fundação da Confederación Nacional Campesina (CNC) em 1938. Essa segregação institucionalizada assegurou uma não aliança efetiva camponês-operário. Uma vez criadas a CTM e a CNC, era possível reestruturar o partido governante, e isso resultou na criação do Partido da Revolução Mexicana (PRM), também em 1938. O PRM tinha quatro seções: operários (dominado pela CTM), camponeses (representado pela CNC), “populares” (proprietários de pequenas e médias empresas, pequenos proprietários de terra, professores, profissionais de classe média) e militares (incorporando as forças armadas). Dentro do setor popular, a Federación Sindical de Trabajadores al Servicio del Estado (FSTSE), estabelecida em 1938, tornou-se uma das organizações centrais ligadas ao Estado. O Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación (SNTE), fundado em 1943, foi essencial na promoção do consenso social. Em 1943, a Confederación Nacional de Organizaciones Populares (CNOP) era formada para tomar o lugar da FSTSE, e tornou-se a terceira principal arma do partido governante, constituindo 33,7% dele, mais do que o setor trabalhista (30,4%) e o setor camponês (35,9%) (DAVIS, 1994, p.101).

A intenção era a de ampliar a base social do PRM, unindo mais efetivamente as massas urbana e rural para a tomada de decisão nacional como um contrapeso aos grupos conservadores desafetos e valorizando a corporação-econômica versus a organização de classe das classes populares. “A criação do PRM marcou o ponto alto de apoio da massa mobilizada do regime pós-revolucionário, e o operariado organizado emergiu como a força central dentro do partido no final da década de 1930 e início da década de 1940” (MIDDLEBROOK, 1995, p.94). Isso foi crucial na articulação de interesses e reivindicações da classe subalterna através da CNC e CTM, embora firmemente estabelecidas em um quadro de desenvolvimento capitalista (VAUGHAN, 1997, p.6). Demandas populares, especialmente pela reforma agrária, estiveram sempre presentes ali. O escopo da reforma agrária foi muito mais amplo durante a administração Cárdenas do que antes, resultando em 810.000 camponeses recebendo terras contra 778.000 sob todas as três administrações combinadas, com entre 17,9 e 20 milhões de hectares distribuídos comparados com os 8,7 milhões previamente (HAMILTON, 1982b, p.177; COCKCROFT, 1983, p.132). *Haciendas* bem desenvolvidas foram desapropriadas e, por volta de 1940, os *ejidos* representavam 47% da terra cultivada comparado com 15% em 1930, a população de *ejidos* tinha mais do que dobrado, de 668.000 para 1,6 milhões, e a população sem terra tinha caído de 2,5 milhões para 1,9 milhões (KNIGHT, 1991b, p.258). Isso pode ser visto como o ápice do elemento “progressivo” da revolução passiva e não deveria ser tão trivializado. Assim como Löwy (1981, p.166) observa: “As mais avançadas medidas sociais da revolução não estavam garantidas pela burguesia mas antes violentamente detidas

pelas massas camponesas insurgentes”. A expropriação das companhias de petróleo em 1938 pode ser vista pela mesma perspectiva. De um lado, isso pode ser visto como o apogeu da coesão nacional e jubilação patriótica, com Cárdenas ganhando convertidos de vários círculos políticos – operários, camponeses, ativistas de esquerda – para se tornar um símbolo heróico da nação contra o capital estrangeiro (KNIGHT, 1992c, 109)¹². De outro lado, Trotsky (1990[1940], p.15) escreveu na época da expropriação que “a nacionalização das ferrovias e dos campos petrolíferos no México... é uma medida do capitalismo de Estado em um país atrasado, o qual deste modo busca defender-se de um lado contra o imperialismo estrangeiro e de outro contra seu próprio proletariado”. Para resumir, as forças de classe que formavam o governo Cárdenas articularam a “relativa autonomia” do Estado com respeito à classe operária e o campesinato, a organização da massa operária, a eliminação das formas tradicionais de exploração agrária, a nacionalização do petróleo e da indústria ferroviária dentro de limites do capitalismo de Estado e da divisão internacional do operariado (POULANTZAS, 1975, p.97; HAMILTON, 1982b, p.240).

Pode-se dizer que a luta do cardenismo reflete a luta pela hegemonia pela qual “uma classe ou uma fração manobra tenta se apresentar como a encarnação do interesse geral do povoação (POULANTZAS, 1973, p.221). A reforma agrária, ou elemento popular da revolução passiva evidente durante a administração Cárdenas, geralmente expandiu as condições para a emergência e o aumento de demandas populares, mas as formas pelas quais elas encontraram expressão e projeção – tais como a CTM, a CNC, e a CNOP – foram condicionadas pelas relações sociais organizadas através do Estado. Assim, no cardenismo sempre houve uma dialética entre continuidade e mudança. O mito da revolução foi preservado enquanto a estabilidade do governo estava ameaçada. A reforma agrária, embora produzisse ampla mudança, estabeleceu as condições para a produção capitalista da agricultura, e mesmo quando o nacionalismo mexicano estava com sua maior força, o capital estrangeiro era dominante (HAMILTON, 1982b, p.179, 20). O número de fazendas de propriedade privada aumentou 44% entre 1930 e 1940, e, por volta de 1940, mais da metade da terra cultivável consistia em posses de mais de 5000 hectares (COCKCROFT, 1983, p.135; CORNELIUS, 1973, p.474). Assim, mais do que destruir o capitalismo, a intervenção de Cárdenas amparou o desenvolvimento capitalista (MICHAELS, 1970, p.59). O cardenismo se resumiu a um movimento radical com substancial apoio popular, mas também enfrentou uma resistência conservadora; incapaz de sempre seguir sua desejada rota, ele foi mais um calhambeque do que uma carreta (KNIGHT, 1994, p.10).

O ressurgimento da oposição de direita significou que os limites do cardenismo tinham sido alcançados. Assim como foi notado, o movimento sinarquista de inspiração fascista angariou considerável apoio nos setores rurais, beneficiando-se ao menos das políticas redistributivas e agrárias da administração Cárdenas. Fundado por leigos católicos em 1937, o movimento cresceu de estimadamente 5000 adeptos para mais de meio milhão na metade da década de 1940 (CORNELIUS, 1973, p.468). Isso incluiu o apoio dos anteriormente agitadores Cristeros e a oposição de direita também levou à criação do pró-católico Partido da Ação Nacional (PAN) ,em 1939. A revolução claramente contida dentro de sua acomodação alcança uma variedade amorfa de movimentos de classe. Em 1940, alguns dos elementos

¹² Greene (2006[1939], p.91) discorda, observando que existiam ganhos para qualquer um, exceto para os operários, como resultado da expropriação do petróleo.

mais reacionários foram surgindo ao lado da oposição crescente do operariado organizado, e isto devia levar à dominação de forças conservadoras na sociedade. O reduzido apoio a Cárdenas e a lealdade institucional que Manuel Ávila Camacho atraiu como novo presidente (1940-1946) assinalou este triunfo. O apoio da CTM à candidatura de Ávila Camacho devia estabelecer o padrão para a subsequente participação do operariado nas sucessões presidenciais (MIDDLEBROOK, 1995, p.95). O eixo do conflito dentro da sociedade mexicana mudou, então, da polarização baseada em antagonismos de classe para uma luta entre coalisões dominadas por frações da classe conservadora (HAMILTON, 1982b, p.265).

Ávila Camacho e seu sucessor, Miguel Alemán, conseguiram a cultivar o tipo de apoio que levou a uma contra-revolução institucional nas décadas de 1940 e 1950. Isso acarretou, especialmente durante a presidência de Alemán (1946-1952), a derrota de elementos radicais, sindicalistas e cardenistas, e a diluição das diferenças de classe e ideológicas no solvente do nacionalismo (KNIGHT, 1991b, p.315). Este período, mais do que qualquer outro, viu a consolidação da hegemonia burguesa sob o sistema único de partido-Estado. Depois dos anos 40, os mecanismos do cardenismo se ocuparam de novos propósitos e uma forma de cooptação política começou a prevalecer sob o PRI (o nome “repaginado” do PRM, em 1946). Embora um nível de consenso genuíno prevalecesse, com o regime mantendo um nível de legitimidade, as estruturas autoritárias também foram reforçadas. Por exemplo, houve uma maior prevalência do *charrismo*, a corrupção e cooptação de líderes operários em troca de favores ou avanços políticos. A emergente hegemonia burguesa alcançada pelo PRI era, portanto, não uma expressão da hegemonia “normal” baseada na liderança intelectual e moral. A relação estabelecida entre as classes subalternas e as elites governantes pelo PRI foi mantida menos pela unidade orgânica entre governantes e governados do que pela ameaça de coerção. A hegemonia no México entre 1949 e 1970 tem sido descrita, portanto, como análoga ao queijo suíço: não uma sólida estrutura mas um complexo permeável (KNIGHT, 1992a, p.175). Essa hegemonia teve de ser constantemente renovada e recriada enquanto defendida e modificada contra a resistência contínua que limitava e alterava seu significado. A manipulação da crise operária entre 1947 e 1951, o fim coercitivo da greve geral de militantes do Sindicato de Trabajadores Ferrocarrileros de la República Mexicana (STFRM) em 1959, e o assassinato do líder camponês Rubén Jaramillo em 1962 foram apenas uns poucos exemplos proeminentes das contestadas dinâmicas de hegemonia durante o subsequente período de “estabilização do desenvolvimento” e industrialização de substituição-importação (HANSEN, 1974, p.41-69). Houve uma constante necessidade de renegociar e reforçar a hegemonia burguesa com um grau de violência e opressão. Assim como Hugues Portelli (1973, p.30) coloca, “não há sistema social no qual o consenso sirva como única base de hegemonia e nem Estado no qual um único grupo social possa manter sua dominação com base apenas na coerção”. Portanto, a hegemonia que prevaleceu no México era baseada em uma ideologia “inclusiva” da revolução, mas controlava de forma monopolista e coercitiva o poder político e o clientelismo para manter uma ampla coalisão majoritária (KNIGHT, 1999, p.18).

De modo geral, o cardenismo representou um rompimento dramático com os regimes pré-revolucionários. Até a reforma de Cárdenas da década de 1930, a revolução tinha indiscutivelmente resultado em uma mudança social pouco sistemática. O caráter de massa e a lógica revolucionária da revolução retornaram durante o período Cárdenas e contribuíram

significativamente para a progressiva mudança social. A noção de revolução passiva dá conta das contradições que permearam a formação da base social do Estado no México. Era emblemático aqui o status do setor *ejido* como uma variante da propriedade privada adaptada às necessidades e restrições do capitalismo dependente e atuando como “amortecedor de choques” do processo capitalista (BARTRA, 1975, p.128). Como resultado disso, as classes sociais no México fundaram um Estado que institucionalizou o conflito social sobre o operariado e o campesinato e implicou uma mistura de reformas estruturais, repressão e cooptação, que favoreceu relações específicas de desenvolvimento capitalista. Utilizando a industrialização de substituição-importação e a proteção de indústrias de manufatura com altas tarifas e uma concorrência sobrevalorizada para reduzir o custo de componentes importados, essa burguesia dependente articulou uma hegemonia relativamente fraca ou mínima nas décadas de 1940 e 1950. Embora esse modelo de desenvolvimento devesse produzir crescimento sustentado nesse período, ele teve suas raízes institucionais e organizacionais estatais na era Cárdenas. Igualmente, o cardenismo como uma corrente na história de formação do Estado mexicano contribuiu para a construção de uma relação colaborativa mais íntima com os Estados Unidos (KNIGHT, 1987, p.18-19). Houve um assinalado crescimento na influência cultural dos Estados Unidos entre 1920 e 1940, que foi acompanhado pelo crescente investimento de capital norte-americano e pelas exportações industriais para o México (KNIGHT, 1990b, p.260; HAMILTON, 1982b, p.73). Portanto, como a base social do Estado estava sendo consolidada durante o período Cárdenas, os interesses norte-americanos tiveram um crescente papel que estabeleceu os limites de uma forma dependente de desenvolvimento capitalista. O resultado foi que o México teve “talvez a máquina de Estado burguês mais perfeito da América Latina” (BARTRA, 1993, p.129). O quanto esta industrialização de substituição-importação de desenvolvimento capitalista, a influência mediada pelo PRI e o crescimento da presença global dos Estados Unidos mudaram na década de 1970 relaciona-se a um contexto diferente da história da revolução passiva no México (ver MORTON, 2003a; SOEDERBERG, 2001).

CONCLUSÃO: A COMPORAÇÃO INCORPORADA DE REVOLUÇÕES PASSIVAS

O processo fragmentado da formação do Estado italiano considerado por Gramsci o levou a analisar o desenvolvimento desigual do capitalismo em relação a coordenadas geopolíticas e territoriais particulares. Essas condições de revolução passiva foram resumidas em uma carta que ele dirigiu ao IV Congresso Mundial da Terceira Internacional, em 20 de novembro de 1922 (GRAMSCI, 1978, p.129).

A burguesia italiana teve êxito em organizar seu Estado não tanto por suas próprias forças intrínsecas, quanto por ser favorecido em sua vitória sobre as classes feudais e semif feudais por uma série de circunstâncias de caráter internacional (a política de Napoleão III em 1852-60; a Guerra Austro-Húngara de 1866; a derrota da França em Sedan e o desenvolvimento do Império Germânico depois desse evento).

É surpreendente que o processo de formação do Estado no México fosse igualmente marcado por intervenções estrangeiras ao longo de um período de rivalidade geopolítica. De fato, não é exagero dizer que a emergência do Estado moderno no México e as subseqüentes condições de luta de classes foram moldadas por “uma série de circunstâncias de caráter

internacional”: a anexação dos Estados Unidos e a guerra em 1846-1848; a ocupação de Veracruz pelas forças espanholas, britânicas e francesas em 1861; a instalação pela França do imperador Maximiliano em 1863; a ocupação pelas tropas norte-americanas de Veracruz em 1914; e, pode-se acrescentar, o desenvolvimento do “século americano” depois desse evento (ver KATZ, 1981; HART, 1987; 2002). Essas circunstâncias foram expressas neste artigo através de uma ênfase sobre a Revolução Mexicana como uma revolução passiva na qual existiu uma expansão das relações sociais de propriedade capitalista e uma internalização de fatores geopolíticos dentro da dinâmica da luta de classes no México. Metodologicamente, isso implicou ver os processos de revolução passiva através da comparação incorporada, como instâncias específicas de formação do Estado que são internamente relacionadas por meio de condições gerais histórico-mundiais de desenvolvimento desigual e combinado. Que processos aparentemente distintos de formação do Estado no tempo e/ou espaço podem ser igualmente afetados por intervenções estrangeiras através de períodos coevos - isso não deve surpreender. A formação do Estado no México pode, então, ser vista como um resultado diferenciado com certas peculiaridades vinculadas a um processo historicamente integrado que, por exemplo, marcou as formas do Estado na América Latina, incluindo as do Brasil e da Argentina (LÖWY, 1981, p.162-166), ou em diferentes modos moldou as formas do Estado no capitalismo desenvolvido tardiamente no Japão, Alemanha, Espanha e Itália (LEAL, 1986, p.32-33; RILEY e DESAI, 2007), todos com compensações em desenvolvimento. Diferentes processos nacionais historicamente distintos de revolução passiva podem, então, ser vistos como variantes conectadas dentro das condições geopolíticas do capitalismo mundial. A Revolução Mexicana é, portanto, uma instância na história do mundo da revolução passiva do capital.

Essa conclusão é resultado de uma análise das relações sociais de propriedade que favoreceram certas condições do desenvolvimento capitalista depois da revolução. Uma série de continuidades e mudanças emblemáticas do capitalismo de Estado e da revolução passiva esteve presente ao longo do período considerado. Embora a revolução incorporasse numerosas possibilidades ou trajetórias de desenvolvimento, um processo de formação do Estado aconteceu depois de 1920, que envolveu conflitos sociais de classe institucionalizados sob a forma de colaboração de classe “revolucionária”. Esse processo foi incompleto, gerou resistências, foi contestado e bagunçado. Não obstante, certos traços das relações entre o Estado e a sociedade civil começaram a emergir: em particular, a forma que as relações operariado-Estado começaram a tomar e o papel do setor *ejidal* como um pivô de acumulação primitiva permanente na expansão das formas capitalistas de produção na agricultura e de políticas de Estado, para compensar pela desordem e pelos conflitos que se seguiram, os quais resultaram na instável reprodução do campesinato, sempre ameaçado pela proletarização (BARTRA, 1982, p.38-40). Nas palavras de um historiador: “o principal legado da revolução foi um Estado no qual a sua real estrutura foi criada para agir como um substituto para, ou proteger, a emergente hegemonia da burguesia nacional” (AGUILAR, 1980, p.123). Essas são as reais contradições das circunstâncias da revolução passiva. O conceito de revolução passiva, então, mantém a importância em sua expressão concreta da fase da história conhecida como Revolução Mexicana.

REFERÊNCIAS

AGUILAR CAMÍN, Hector. The relevant tradition: Sonoran leaders in the Revolution. In: D. A. Brading (ed.), *Caudillo and Peasant in the Mexican Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

ANDERSON, P. *Lineages of the Absolutist State*. London: Verso, 1974.

BARTRA, Roger. Peasants and political power in Mexico: a theoretical approach. *Latin American Perspectives* 2 (2): 125–145, 1975.

_____. Capitalism and the peasantry in Mexico. *Latin American Perspectives* 9 (1): 36–47, 1982.

_____. *Agrarian Structure and Political Power in Mexico*. Trans. Stephen K. Ault. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993

BENJAMIN, Thomas. The Leviathan on the Zócalo: recent historiography of the post-revolutionary Mexican state. *Latin American Research Review* 20 (3): 195–217, 1985.

BLAUT, J. M. *The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History*. New York: Guilford, 1993.

_____. Marxism and Eurocentric diffusionism. In: Ronald M. Chilcote (ed.), *The Political Economy of Imperialism: Critical Appraisals*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1999, p. 127–139.

BRENNER, Robert. Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe. In: T. H. Aston and C. H. E. Philpin (eds.), *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985a, p. 10–63.

_____. The agrarian roots of European capitalism. In: T. H. Aston and C. H. E. Philpin (eds.) *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985b, p. 213–327.

_____. Bourgeois revolution and transition to capitalism. In: A. L. Beier, David Cannadine, and James M. Rosenheim (eds.), *The First Modern Society: Essays in English History in Honour of Lawrence Stone*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 271–304.

BURGOS, R. The Gramscian intervention in the theoretical and political production of the Latin American left. *Latin American Perspectives* 29 (1): 9–37, 2002.

CALLINICOS, Alex. Trotsky's theory of permanent revolution and its relevance to the Third World today. *International Socialism*, 2d series, 16: 98–112, 1982.

_____. Bourgeois revolutions and historical materialism. *International Socialism*, 2d series, 43: 113–171, 1989.

CARR, Barry. Marxism and anarchism in the formation of the Mexican Communist Party, 1910–19. *Hispanic American Historical Review* 63: 277–305, 1983.

CHATTERJEE, Partha. *Nationalist Thought and the Postcolonial World*. London: Zed Books, 1986.

_____. *The Nation and Its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

CHILCOTE, Ronald (ed.). *Development in Theory and Practice*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2003.

CLIFF, Tony. Deflected permanent revolution. In: *Trotskyism after Trotsky: The Origins of the International Socialists*. London: Bookmarks, 1999 (1963).

COCKCROFT, James D. Mexico. In: Ronald H. Chilcote and Joel C. Edelstein (eds.), *Latin America: The Struggle with Dependency and Beyond*. New York: Wiley, 1974, p. 225–303.

_____. *Mexico: Class Formation, Capital Accumulation, and the State*. New York: Monthly Review Press, 1983.

COLLIER, Ruth Berins. *The Contradictory Alliance: State-Labor Relations and Regime Change in Mexico*. Berkeley: University of California Press, 1992.

COMNINEL, George C. *Rethinking the French Revolution: Marxism and the Revisionist Challenge*. London: Verso, 1987.

CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana: La formación del nuevo régimen*. Mexico City: Ediciones Era, 1973.

CORNELIUS, Wayne A. Nation-building, participation, and distribution: the politics of social reform under Cárdenas. In: Gabriel A. Almond, Scott C. Flanagan, and Robert J. Mundt (eds.), *Crisis, Choice, and Change: Historical Studies of Political Development*. Boston: Little, Brown, 1973.

DAVIS, Diane E. *Urban Leviathan: Mexico City in the Twentieth Century*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.

DE JANVRY, Alain. *The Agrarian Question and Reformism in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.

DE JANVRY, Alain; GROUND, Lynn. Types and consequences of land reform in Latin America. *Latin American Perspectives* 5 (4): 90–112, 1978.

FEMIA, Joseph V. *Gramsci's Political Thought: Hegemony, Consciousness, and the Revolutionary Process*. Oxford: Clarendon Press, 1981.

FERNÁNDEZ, Raúl; OCAMPO, José F. The Latin American revolution: a theory of imperialism, not dependence. *Latin American Perspectives* 1 (1): 30–61, 1974.

FORAN, John. *Taking Power: On the Origins of Third World Revolutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

FUENTES, Carlos. History out of chaos. *Review of Revolutionary Mexico: The Coming and Process of the Mexican Revolution* by John Mason Hart. *New York Times Book Review*, March 13, 12–13, 1988.

GILLY, Adolfo. La guerra de clases en la revolución mexicana (Revolución permanente y auto-organización de las masas). In: Adolfo Gilly et al., *Interpretaciones de la revolución mexicana*. Mexico City: Editorial Nueva Imagen, 1979, p. 21–53.

_____. *El cardenismo, una utopía mexicana*. Mexico City: Editorial Cal y Arena, 1994.

_____. *The Mexican Revolution*. Trans. Patrick Camiller. New York: New Press, 2005.

_____. *La revolución interrumpida*. 2d edition. Mexico City: Ediciones Era, 2007 (1971).

GRAMSCI, Antonio. *Selections from the Prison Notebooks*. Ed. and trans. Quintin Hoare and Geoffrey Nowell-Smith. London: Lawrence and Wishart, 1971.

_____. *Selections from Political Writings, 1910–1920*. Ed. Quintin Hoare, trans. John Matthews. London: Lawrence and Wishart, 1977.

_____. *Selections from Political Writings, 1921–1926*. Ed. and trans. Quintin Hoare. London: Lawrence and Wishart, 1978.

_____. *Prison Notebooks*. Vol. 1. Ed. Joseph A. Buttigieg, trans. Antonio Callari. New York: Columbia University Press, 1992.

_____. *Prison Notebooks*. Vol. 2. Ed. and trans. Joseph A. Buttigieg. New York: Columbia University Press, 1996.

_____. *Prison Notebooks*. Vol. 3. Ed. and trans. Joseph A. Buttigieg. New York: Columbia University Press, 2007.

GREENE, Graham. *The Lawless Roads*. London: Penguin Books, 2006 (1939).

HAMILTON, Nora. The state and the national bourgeoisie in postrevolutionary Mexico, 1920–1940. *Latin American Perspectives* 9 (4): 31–54, 1982a.

_____. *The Limits of State Autonomy: Post-Revolutionary Mexico*. Princeton: Princeton University Press, 1982b.

HANSEN, Roger D. *The Politics of Mexican Development*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1974.

HARRIS, Richard L. Marxism and the agrarian question in Latin America. *Latin American Perspectives* 5 (4): 2–26, 1978.

HART, John M. *Revolutionary Process: The Coming and Process of the Mexican Revolution*. Berkeley: University of California Press, 1987.

_____. *Empire and Revolution: The Americans in Mexico since the Civil War*. Berkeley: University of California Press, 2002.

HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HOBBSAWM, Eric. *The Age of Empire, 1875–1914*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1987.

HODGES, Donald C.; GANDY, Ross. *Mexico, 1910–1976: Reform or Revolution?* London: Zed Books, 1979.

_____. *Mexico, the End of the Revolution*. Westport, CT: Praeger Publishers, 2002.

KATZ, Friedrich. *The Secret War in Mexico: Europe, the United States, and the Mexican Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1981.

KNIGHT, Alan. The working class and the Mexican Revolution, c. 1900–1920. *Journal of Latin American Studies* 16 (1): 51–79, 1984.

_____. The Mexican Revolution: bourgeois? nationalist? or just a ‘great rebellion’? *Bulletin of Latin American Research* 4 (2): 1–37, 1985.

_____. *The Mexican Revolution*. Vol. 1. *Porfirians, Liberals, and Peasants*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986a.

_____. *The Mexican Revolution*. Vol. 2. *Counter-revolution and Reconstruction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986b.

_____. *US-Mexican Relations: An Interpretation*. San Diego: Center for US-Mexican Studies, 1987.

_____. Social revolution: a Latin American perspective. *Bulletin of Latin American Research* 9 (2): 175–202, 1990a.

_____. Revolutionary project, recalcitrant people: Mexico, 1910–1940. In: Jaime O. Rodríguez O. (ed.), *The Revolutionary Process in Mexico: Essays on Political and Social Change, 1880–1940*. Los Angeles: University of California Los Angeles Latin American Center, 1990b.

_____. Land and society in revolutionary Mexico: the destruction of the great haciendas. *Mexican Studies/Estudios Mexicanos* 7 (1): 73–104, 1991a.

_____. The rise and fall of Cardenismo, c. 1930–c. 1946. In: Leslie Bethell (ed.), *Mexico since Independence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991b.

_____. Revisionism and revolution: Mexico compared to England and France. *Past and Present* 134: 159–199, 1992a.

_____. Mexico's elite settlement: conjuncture and consequences. In: John Higley and Richard Gunther (eds.), *Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992b.

_____. The politics of the expropriation. In: Jonathan C. Brown and Alan Knight (eds.), *The Mexican Petroleum Industry in the Twentieth Century*. Austin: University of Texas Press, 1992c.

_____. Popular culture and the revolutionary state in Mexico, 1910–1940. *Hispanic American Historical Review* 74: 393–444, 1994a.

_____. Cardenismo: juggernaut or jalopy? *Journal of Latin American Studies* 26 (1): 73–107, 1994b.

_____. Political violence in post-revolutionary Mexico. In: Kees Koonings and Dirk Kruijt (eds.), *Societies of Fear: The Legacy of Civil War, Violence, and Terror in Latin America*. London: Zed Books, 1999.

_____. The modern Mexican state: theory and practice. In: Miguel Angel Centeno and Fernando López-Alves (eds.), *The Other Mirror: Grand Theory Through the Lens of Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 2001, p. 177–218.

_____. *Mexico: From the Beginning to the Spanish Conquest*. Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2002a.

_____. *Mexico: The Colonial Era*. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 2002b.

_____. Mexico's three fin de siècle crises. In: Elisa Servín, Leticia Reina, and John Tutino (eds.), *Cycles of Conflict, Centuries of Change: Crisis, Reform, and Revolution in Mexico*. Durham, NC: Duke University Press, 2007, pp. 153–183.

LACHER, Hannes. *Beyond Globalization: Capitalism, Territoriality, and the International Relations of Modernity*. London: Routledge, 2006.

LEAL, Juan Felipe. The Mexican state, 1915–1973: a historical interpretation. In: Nora Hamilton and Timothy F. Harding (eds.), *Modern Mexico: State, Economy, and Social Conflict*. London: Sage, 1986, p. 21–42.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Trans. Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell, 1991.

LENIN, Vladimir I. The agrarian programme of social-democracy in the First Russian Revolution, 1905–1907. In: *Collected Works*, Vol. 13. London: Lawrence and Wishart, 1962 (1907).

LÖWY, Michael. Is there a law of arrested and un-combined development? *Latin American Perspectives* 2 (4): 118–120, 1975.

_____. *The Politics of Combined and Uneven Development: The Theory of Permanent Revolution*. London: Verso, 1981.

McMICHAEL, Philip. Incorporated comparison within a world-historical perspective: an alternative comparative method. *American Sociological Review* 55: 385–397, 1990.

MACKINLAY, Horacio; OTERO, Gerardo Otero. State corporatism and peasant organizations: towards new institutional arrangements. In: Gerardo Otero (ed.), *Mexico in Transition: Neoliberal Globalism, the State, and Civil Society*. London: Zed Books, 2004, p. 72–88.

MANDEL, Ernest. *Late Capitalism*. Trans. Joris De Bres. London: Verso, 1975.

MARNHAM, Patrick. *Dreaming With His Eyes Open: A Life of Diego Rivera*. London: Bloomsbury, 1998.

MARX, Karl. *Capital*. Vol. 1. (Karl Marx and Friedrich Engels, *Collected Works*, Vol. 35.) London: Lawrence and Wishart, 1996 (1887).

_____. *Capital*. Vol. 3. (Karl Marx and Friedrich Engels, *Collected Works*, Vol. 37.) London: Lawrence and Wishart, 1998 (1894).

MAXFIELD, Sylvia. The politics of Mexican financial policy. In: Stephan Haggard, Chung H. Lee, and Sylvia Maxfield (eds.), *The Politics of Finance in Developing Countries*. Ithaca: Cornell University Press, 1993.

MEYER, Jean. *The Cristero Rebellion: The Mexican People Between Church and State, 1926–1929*. Trans. Richard Southern. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

_____. Revolution and reconstruction in the 1920s. In: Leslie Bethell (ed.), *Mexico Since Independence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MICHAELS, Albert L. The crisis of Cardenismo. *Journal of Latin American Studies* 2 (1): 51–79, 1970.

MIDDLEBROOK, Kevin J. *The Paradox of Revolution: Labor, the State, and Authoritarianism in Mexico*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995.

MORTON, Adam David. Structural change and neoliberalism in Mexico: ‘passive revolution’ in the global political economy. *Third World Quarterly* 24(4): 631–653, 2003a.

_____. The social function of Carlos Fuentes: a critical intellectual or in the shadow of the state? *Bulletin of Latin American Research* 22 (1): 27–51, 2003b.

_____. The age of absolutism: capitalism, the modern states system, and international relations. *Review of International Studies* 31 (3): 495–517, 2005.

_____. *Unravelling Gramsci: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy*. London: Pluto Press, 2007a.

_____. Waiting for Gramsci: state formation, passive revolution, and the international. *Millennium: Journal of International Studies* 35(3): 597–621, 2007b.

_____. Disputing the geopolitics of the states system and global capitalism. *Cambridge Review of International Affairs* 20(4): 597–615, 2007c.

- MUNCK, Ronaldo. State and capital in dependent social formations: the Brazilian case. *Capital and Class* 8: 34–53, 1979.
- NOVACK, George. *Understanding History: Marxist Essays*. New York: Pathfinder Press, 1972.
- _____. The law of uneven and combined development and Latin America. *Latin American Perspectives* 3 (2): 100–106, 1976.
- O'MALLEY, Ilene V. *The Myth of the Revolution: Hero Cults and the Institutionalisation of the Mexican State, 1920–1940*. Westport, CT: Greenwood Press, 1986.
- OTERO, Gerardo. *Farewell to the Peasantry? Political Class Formation in Rural Mexico*. Boulder: Westview Press, 1999.
- PAZ, Octavio. *The Labyrinth of Solitude*. Trans. Lysander Kemp. London: Penguin, 1990 (1979).
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci y el bloque histórico*. Mexico City: Siglo XXI, 1973.
- POULANTZAS, Nicos. *Political Power and Social Classes*. Trans. Timothy O'Hagan. London: New Left Books, 1973.
- _____. *Classes in Contemporary Capitalism*. Trans. David Fernbach. London: New Left Books, 1975.
- RILEY, Dylan J.; DESAI, Manali. The passive revolutionary route to the modern world: Italy and India in comparative perspective. *Comparative Studies in Society and History* 49: 815–847, 2007.
- ROMAGNOLO, David J. The so-called 'law' of uneven and combined development. *Latin American Perspectives*, 1 (2): 7–31, 1975.
- ROSENBERG, Justin. *The Empire of Civil Society: A Critique of the Realist Theory of International Relations*. London: Verso, 1994.
- _____. Why is there no international historical sociology? *European Journal of International Relations* 12: 307–340, 2006.
- SASSOON, Anne Showstack. *Gramsci's Politics*. 2d edition. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.
- SEMO, Enrique. *The History of Capitalism in Mexico: Its Origins, 1521–1763*. Trans. Lidia Lozano. Austin: University of Texas Press, 1993.
- SOEDERBERG, Susanne. From neoliberalism to social liberalism: situating the national solidarity program within Mexico's passive revolutions. *Latin American Perspectives* 28 (3): 102–123, 2001.
- STEENLAND, Kyle. Notes on feudalism and capitalism in Chile and Latin America. *Latin American Perspectives* 2 (1): 49–58, 1975.
- TARDANICO, Richard. Perspectives on Revolutionary Mexico: the regimes of Obregón and Calles. In: Richard Rubinson (ed.), *Dynamics of World Development*. London: Sage, 1981.
- _____. State, dependency, and nationalism: Revolutionary Mexico, 1924–1928. *Comparative Studies in Society and History* 24: 400–423, 1982.
- TESCHKE, Benno. *The Myth of 1648: Class, Geopolitics, and the Making of Modern International Relations*. London: Verso, 2003.
- TROTSKY, Leon. *The Revolution Betrayed: What Is the Soviet Union and Where Is It Going?* New York: Pathfinder Press, 1972 (1937).

- _____. Latin American problems: a transcript. In: *Writings of Leon Trotsky, Supplement: 1934–1940*. New York: Pathfinder Press, 1979 (1938).
- _____. *The History of the Russian Revolution*. 3 vols. New York: Pathfinder Press, 1980 (1936).
- _____. Trade unions in the epoch of imperialist decay. In: *Trade Unions in the Epoch of Imperialist Decay*. New York: Pathfinder Press, 1990 (1940).
- _____. Results and prospects. In: *The Permanent Revolution and Results and Prospects*. London: Wellred Books, 2002 (1919).
- _____. The permanent revolution. In: *The Permanent Revolution and Results and Prospects*. London: Wellred Books, 2004 (1929).
- TUTINO, John. *From Insurrection to Revolution in Mexico: Social Bases of Agrarian Violence, 1750–1940*. Princeton: Princeton University Press, 1986.
- VAUGHAN, Mary Kay. *Cultural Politics in Revolution: Teachers, Peasants, and Schools in Mexico, 1930–1940*. Tucson: University of Arizona Press, 1997.
- WHITEHEAD, Laurence. Mexico's economic prospects: implications for state-labor relations. In: Kevin J. Middlebrook (ed.), *Unions, Workers, and the State in Mexico*. San Diego: Center for U.S.-Mexican Studies, 1991.
- WOLF, Eric. *Europe and the People Without History*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- WOLFREYS, Jim. Twilight revolution: François Furet and the manufacturing of consensus. In: Mike Haynes and Jim Wolfreys (eds.), *History and Revolution: Refuting Revisionism*. London: Verso, 2007, p. 50–70.
- WOMACK, John, Jr. The Mexican economy during the Revolution, 1910–1920: historiography and analysis. *Marxist Perspectives* 1 (4): 80–123, 1978.
- WOOD, Ellen Meiksins. *The Pristine Culture of Capitalism: An Historical Essay on Old Regimes and Modern States*. London: Verso, 1991.

Recebido em 31 de janeiro de 2012

Aprovado em 23 de março de 2012

